

GERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POBREZA A PARTIR DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO PELO OLHAR DE MILTON SANTOS

GENERATION AND MAINTENANCE OF POVERTY BASED ON THE IDEOLOGY OF DEVELOPMENT THROUGH THE EYES OF MILTON SANTOS

Cintia Neves Godoi¹
Sandro Luiz Bazzanella²
Leticia Paludo Vargas³

RESUMO

O debate sobre desenvolvimento engendrou diferentes pensadores no mundo todo e no Brasil não foi diferente. No presente artigo será analisado de que maneira Milton Santos enxerga a relação entre planejamento, desenvolvimento e a pobreza no Brasil. O desenvolvimento é visto como um termo carregado de significado e ideologia, associado à mudanças e transformações, que se apresentam de maneira geral como positivas. Milton Santos, no entanto, argumenta que há relação entre desenvolvimento, planejamento e pobreza e, que para que estas relações possam existir são necessárias condições geopolíticas específicas, de institucionalização de ideias e construção de fabulações, que vão dar conta de conjunturas para disseminação e aprofundamento das relações de acumulação de riqueza, que ocorrem com geração e complexificação da pobreza. Para tais discussões o texto se divide em duas partes, abordando primeiramente o desenvolvimento como fábula e, posteriormente, como falácia.

Palavras-chave: ideologia; planejamento; transformações.

¹Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Docente do Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria, Goiânia – GO – Brasil. E-mail: cintia.godoi@unialfa.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5844-4497>

²Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente dos Programas de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Santa Catarina, Brasil. E-mail: sandro@unc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9430-8684>

³Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Pará, Brasil. E-mail: lpvargas@unifesspa.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9186-2508>

ABSTRACT

The debate on development has engendered different thinkers around the world and in Brazil it was no different. This article will analyze how Milton Santos sees the relationship between planning, development and poverty in Brazil. Development is seen as a term loaded with meaning and ideology, associated with changes and transformations, which are generally presented as positive. Milton Santos, however, argues that there is a relationship between development, planning and poverty and that for these relationships to exist, specific geopolitical conditions are necessary, for the institutionalization of ideas and the construction of fables, which will account for situations for dissemination and deepening of wealth accumulation relations, which occur with the generation and complexity of poverty. For such discussions, the text is divided into two parts, first approaching development as a fable and, later, as a fallacy.

Key words: ideology; planning; transformations.

Artigo recebido em: 15/05/2024

Artigo aprovado em: 23/10/2024

Artigo publicado em: 18/12/2024

Doi: <https://doi.org/10.24302/prof.v11.5432>

1 INTRODUÇÃO

É possível identificar discussões sobre desenvolvimento, teorias, conceitos, apontamentos favoráveis e desfavoráveis em estudos de intelectuais de diversas partes do mundo.

No Brasil, para termos uma ideia, desenvolvimento foi tema de preocupação de pensadores das mais diversas áreas do conhecimento, advindos da Antropologia, Economia, Filosofia, Geografia e Sociologia, onde encontramos autores referência, tais como: Darcy Ribeiro (1995), Florestan Fernandes (1973), Theotônio dos Santos (1991), dentre tantos outros.

As discussões e entendimentos sobre desenvolvimento não se apresentam consensuais e, nesta direção, apresentam diferenças de enfoques ao longo do tempo. Houve, por exemplo, alterações das formas de entendimento do desenvolvimento na teoria do desenvolvimento construída pela Comissão Econômica para América Latina

e Caribe (Cepal)⁴, bem como houve também tempos em que se considerava a escala nacional como primordial para a discussão do desenvolvimento, e esta se desloca para local ou regional, conforme fenômenos, questões geopolíticas, e interesses diversos se atrelam às discussões.

Mas, o fato determinante é que muitos dos principais pensadores, pesquisadores do mundo e do Brasil dedicaram reflexões e discussões acerca do tema. Aqui, citaremos exemplos, não necessariamente os mais usuais, mas que se colocam críticos à discussão do desenvolvimento.

Darcy Ribeiro apontou em seu livro "O Povo Brasileiro":

A necessidade de uma teoria do Brasil, que nos situasse na história humana [...] "pois", as alternativas que se ofereciam eram impotentes. Serviriam, talvez, como uma versão teórica do desempenho europeu, mas não explicavam a história dos povos orientais, nem o mundo árabe e muito menos a nós, latino-americanos. Saí então, em busca de explicações mais terra-a-terra, em mais anos de trabalho. O tema que me propunha agora era reconstituir o processo de formação dos povos americanos, num esforço para explicar as causas do seu desenvolvimento desigual. (Ribeiro, 1995, p.13)

Florestan Fernandes argumentou que: "O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la, para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna". E acrescentou: "O novo padrão de imperialismo é, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento nos países latino-americanos" (Fernandes, 1973, p. 20-21)

No que diz respeito à Theotônio dos Santos, a análise sobre o termo desenvolvimento, realizada pelo autor, é extensa. No livro intitulado "Democracia e socialismo no capitalismo dependente", inicia suas considerações apontando que o

⁴ Há diversos trabalhos acerca da construção do pensamento da Cepal sobre desenvolvimento, e discussões que envolvem a trajetória histórica dos usos dos termos, e a formulação da teoria da dependência. Estes perpassam por críticas de Theotônio dos Santos (1991), dentre outros autores. É possível também conhecer alguns elementos destas discussões na dissertação de Dias (2012)

termo desenvolvimento carrega consigo elementos que devem ser levados em consideração:

A palavra desenvolvimento sugere uma transformação de uma realidade em uma direção dada, segundo um princípio acumulativo [...] Queira-se ou não, o conceito de desenvolvimento implica uma certa filosofia da história, uma certa ideia de onde se pretende chegar (Santos, 1991, p. 59).

O próprio termo desenvolvimento traz consigo a ideia de avanços, do caminhar de um ponto a outro de maneira a gerar melhorias, crescimento e avanços. Desta maneira há estudos que apontam também que há possibilidade e necessidade de fazer leituras sobre o termo que envolvam considerações sobre a genealogia da palavra, bem como aspectos teológicos envolvidos, visto que a condição de melhorias advindas de um futuro que não se conhece remete às ideias de salvação, dentre outros aspectos⁵.

Theotônio dos Santos, parte do entendimento do desenvolvimento, portanto, como carregado de significado, neste caso, advindos da ideia de mudança, de transformação, e a partir de então tece considerações e teoriza sobre o conteúdo ideológico do termo na seguinte passagem:

Posicionamo-nos diante das teorias do desenvolvimento mostrando seu conteúdo ideológico e suas limitações metodológicas. De fato, o conceito de desenvolvimento parte da ideia de que o mundo moderno (europeu, capitalista, racionalista, científico, tecnológico e etc.) é uma meta universal a ser alcançada por todos os povos (Santos, 1991, p. 7).

E asseverou que: “Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos

⁵ Para discussões acerca de possíveis assinaturas genealógicas no termo desenvolvimento, bem como exercícios de análise que considerem aspectos teológicos, consultar o artigo intitulado Perspectivas Genealógicas Para Uma Epistemologia Política do Desenvolvimento: Uma Discussão de Filosofia Política que está disponível no endereço: <http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2023/05/0001-anais-vi-sedres-2022-finalizado.pdf>

países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais" (Santos, 2001, p.13).

A partir destas passagens, é possível compreender que, em um país que adota as agendas do desenvolvimento oficiais, advindas dos organismos internacionais (ONU, Banco Mundial, FMI, OMC, entre outras), diversos pensadores se dedicaram e ainda se dedicam a refletir profundamente sobre o termo, desdobramentos dos usos e apropriações do mesmo no âmbito político, econômico, social, cultural.

No presente artigo, a intenção é analisar aspectos da perspectiva de Milton Santos⁶, especialmente para compreender de que maneira o desenvolvimento está atrelado ao planejamento e à pobreza, de sua geração à sua manutenção, pois esta se coloca como condição da acumulação de riqueza prevista e estimulada pela ciência do desenvolvimento.

A lista das causas do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo não pode estar completa antes que se dê a devida ênfase à importância do papel desempenhado pelo planejamento. Nem sequer se torna necessário qualificar de capitalista o planejamento, pois os países subdesenvolvidos não conhecem outro (Santos, 2003, p. 13).

O planejamento, para Milton Santos, deve ser analisado, pois, a serviço do desenvolvimento, - ou do que se convencionou a chamar de desenvolvimento - será o instrumento principal de estruturação de uma política cujos agentes principais são elites internacionais que vão definir, a partir de organizações e agendas, também internacionais, as formas de organizar, controlar e gerir a acumulação de riqueza,

⁶ Milton Santos, nasceu na Bahia, em 1926 se tornou Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1948) e Doutor em Geografia, Universidade de Strasbourg (1958), sob orientação do Prof. Jean Tricart. Se dedicou à pesquisa geográfica, produziu mais de quarenta livros, diversos artigos, e de acordo com sua biografia se dedicou a ser um pesquisador implicado na realidade local e engajado. Milton Santos atuou em muitas universidades, foi premiado em diferentes países e veio a falecer em 2001 e suas obras expõem uma visão crítica sobre o papel do Estado, das instituições privadas, financeiras, na construção e transformação de um espaço desigual nas sociedades capitalistas. Para mais informações acessar o site dedicado a apresentação da vida e obra de Milton Santos no endereço: <http://miltonsantos.com.br/>

através do poder econômico, político e também científico e tecnológico. Estes processos geram e mantêm condições de pobreza e desigualdade. Desta forma,

A serviço do planejamento a economia perdeu seu status científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia de sociedade de consumo às populações. Ambas combinadas induzem ao capital estrangeiro e à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e à dominação; à dominação através da dependência (Santos, 2003, p. 15).

Para o exercício reflexivo, acepções sobre as relações, organizações e instrumentos atreladas ao desenvolvimento serão tecidas. Na primeira parte do artigo serão discutidos elementos conceituais do desenvolvimento, de que maneira se apresenta, como discurso ideológico⁷, mas também como receituário aos povos nomeados de subdesenvolvidos pelos órgãos oficiais internacionais. Na segunda parte, analisaremos dizeres de Milton Santos sobre desenvolvimento, e de que maneira o referido autor apresenta seu entendimento de diversas formas teóricas que articulam conceitos e teorias para apoiar a ideia de desenvolvimento, (seja como processo apresentado e estimulado por agências internacionais, seja como vinculado ao planejamento, ou às grandes obras) e, como todos parecem estar articulados ao fomento do desenvolvimento como instrumento da geração, difusão e manutenção da pobreza. Por fim, são apresentadas considerações finais e referências.

2 O DESENVOLVIMENTO COMO FÁBULA

Em referência aos estudos e reflexões de Milton Santos no tratamento da globalização, primeiramente como fábula e posteriormente como perversa, faremos

⁷ Para ampliar a discussão é possível consultar o artigo "Desenvolvimento: conceito ou ideologia?" disponível no endereço virtual: https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/revista_dd_v10_n1_alexandre_tomporoski.pdf

este exercício parodiando sua análise para tratar do desenvolvimento. Afinal, modernização, progresso, desenvolvimento, globalização, competitividade são termos que estão ligados à construção de ideais de organização e controle sobre a sociedade com vistas a garantir funcionamento do modo de produção destinado à acumulação de riquezas. "Nos tempos presentes, a competitividade toma como discurso o lugar que, no início do século, ocupava o Progresso e, no pós-guerra, o Desenvolvimento." (Santos, 1994, p. 15)

Milton Santos aponta que a penetração do capital nos países pobres não têm sido fortuita, e que é perpetrada através de um processo que é adaptado a partir do reconhecimento de diferentes necessidades, momentos e situações, mas "o impulso que tem atrás de si permanece sempre o mesmo: a acumulação." (Santos, 2003, p. 27)

Para Milton Santos, as diferentes adaptações da ideologia do desenvolvimento para acumulação pelos países mais ricos e suas formas de atuar para com os países pobres pode ser reconhecida em fases, e, em cada uma é possível encontrar planejamento com elementos de ideologia e de força bruta funcionando de maneira combinada. Na primeira fase houve penetração pela força, e a princípio não era necessário disfarçá-la, pois esta se expressava de diferentes modos. Santos (2003) exemplifica usos de força bruta como disponibilização de bebidas alcoólicas aos indígenas no México, destruição das manufaturas de algodão, monopolização de matérias primas e produção dos tecidos na Índia, desmantelamento dos clãs comunais na Argélia, dentre outros exemplos. E crítica o processo dizendo: "Seja qual for o período histórico, seja qual for o continente, o resultado é sempre o mesmo: a ruína dos países dominados e a acumulação na metrópole" (Santos, 2003, p. 45).

A segunda fase do processo de acumulação foi marcada pelo desenvolvimento de monopólios e concentração de capital, e para tanto, a revolução tecnológica e científica se apresenta como essencial, e a acumulação não se dará apenas com relação aos excedentes, mas sim com estímulos ao consumo a partir das comunicações em

massa que culminou no "corolário de um processo cumulativo de empobrecimento" (Santos, 1993, p. 29).

O processo de empobrecimento de diferentes povos passou então a ser contestado, desta maneira: "Quando os pobres perceberam que tinham sido enganados em suas esperanças e que eram realmente os malditos da terra, o sistema teve que encontrar algo de novo a fim de se manter e continuar prosperando" (Santos, 1993, p. 29).

A terceira fase apresentada por Milton Santos, portanto, alcançará todo o Terceiro Mundo e exigirá esforços para mascarar a pobreza, manter a esperança, garantir aumento de renda e possibilidades de consumo, sem, no entanto, almejar resolver o problema da pobreza.

[...] De ora em diante, dever-se-á dar aos pobres a impressão, e não somente a esperança, de que estão emergindo da pobreza. Eles passarão portanto a testemunhar um aumento em termos absolutos de sua renda, isto é, de seu consumo de bens e serviços. Mas como está fora de questão reduzir as taxas de acumulação e de desigualdade, o que significaria a morte do sistema, a pobreza não será eliminada, apenas mascarada. Esta nova fase no processo de modernização capitalista conduzirá a uma nova forma de pobreza, a pobreza planejada (Santos, 1993, p. 29).

Desta maneira, Milton Santos considera que a pobreza está no planejamento, e que o planejamento faz uso das ideias ou da ideologia do desenvolvimento para sua continuidade, a partir do estímulo às ações planejadas com vistas ao alcance do porvir que se apresenta como melhor. Quando Milton Santos escreveu sobre globalização fez o exercício de dizê-la como fábula e posteriormente como perversidade ou também como falácia. Fazendo o paralelo neste exercício, é possível então perceber como é necessária a manutenção dos aspectos ideológicos para que instrumentos políticos e técnicos garantam a acumulação, e, por conseguinte, a pobreza.

Compreender a trajetória discursiva do desenvolvimento, portanto, permite articular elementos para interpretar de que maneira se institui o perverso exercício de

utopia do desenvolvimento, pois quando se caminha, ele parece também caminhar para longe, conforme Eduardo Galeano⁸ ensinou que deveria ser uma boa utopia. No caso do autor uruguaio, a intenção era de nos estimular a caminhar por melhorias, mas aqui há uma apropriação de um cenário melhor vindouro, para que os pobres e trabalhadores do mundo todo sejam envolvidos no enredo - engodo da acumulação.

Para apresentar o desenvolvimento como fábula, portanto serão apresentados discursos de órgãos internacionais que preconizam a agenda do desenvolvimento para diversos países. Desta maneira, a Organização das Nações Unidas (ONU), se coloca como instituição dedicada, dentre outras ações, a apresentar o conceito e, ou ideologia de desenvolvimento ao mundo e, sobretudo impor receituários de que maneira os países - rotulados pela ideologia do desenvolvimento como subdesenvolvidos, periféricos, ou emergentes - devem agir para alcançar tal condição.

Antes de apresentarmos as acepções de desenvolvimento e das etapas do desenvolvimento apresentadas por estas organizações, cabe destacar o entendimento de Milton Santos destas instituições:

[...] O Banco [Mundial] (da mesma forma que o Fundo [Monetário Internacional] tem sido utilizado como instrumento de política externa dos países desenvolvidos no sentido de realização de reformas estruturais nos países em desenvolvimento que refletem os princípios básicos do liberalismo econômico, mas não refletem necessariamente os interesses da maioria da população nesses países" (Gonçalves, 1994, p. 120 *apud* Santos, 2008, p. 228).

A partir de então, será possível apresentar o que apregoam organizações internacionais a respeito do desenvolvimento, com a ressalva de Santos (2008) de que estas instituições estão ligadas aos princípios de acumulação de riquezas, geração e

⁸ A famosa frase "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar." é de – *Fernando Birri*, e foi citada por Eduardo Galeano no livro 'Las palabras andantes?' Publicado no Século XXI, 1994.

aprofundamento de desigualdades, a despeito do que necessitam e buscam suas populações.

Assim, a ONU possui um endereço virtual⁹ dedicado a apresentar documentos e históricos de atividades realizadas pela instituição. No que diz respeito ao desenvolvimento, a referida organização divide parte da história dos países em décadas de desenvolvimento. Desta maneira se podem verificar como anos iniciais de 1946 - 1959, os anos 1960 a 1970 são considerados como a primeira década do desenvolvimento. Já 1971 a 1980 são considerados como a segunda década do desenvolvimento. Os anos de 1981 a 1990 - a terceira década do desenvolvimento. Entre 1991 e 1999 foram intitulados como relatórios do desenvolvimento humano. Os anos de 2000 - 2015 como objetivos do desenvolvimento do milênio, e, por fim, entre 2016 - 2030 foram definidos como objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para os anos iniciais (1946 - 1959) vinculados ao termo desenvolvimento, a ONU apresenta a seguinte proposta:

A Assembleia Geral, em conformidade com a determinação das Nações Unidas, conforme expressa em sua Carta, de promover o progresso social e melhores padrões de vida em liberdade mais ampla e, para esses fins, empregar mecanismos internacionais para a promoção do desenvolvimento econômico e avanço social de todos os povos [...] [decide estabelecer um] Fundo Especial que forneceria assistência sistemática e sustentada em áreas essenciais para o desenvolvimento técnico, econômico e social integrado dos países menos desenvolvidos (tradução nossa).

Para o segundo período (1960 -1970) se apresenta a seguinte proposição:

No início da década de desenvolvimento das Nações Unidas, estamos começando a entender os objetivos reais do desenvolvimento e a natureza do processo de desenvolvimento. Estamos aprendendo que o desenvolvimento diz respeito não apenas às necessidades materiais do homem, mas também à melhoria das condições sociais da sua vida e suas amplas aspirações humanas. Desenvolvimento não é apenas crescimento econômico, é crescimento mais mudança (tradução nossa).

⁹ O endereço virtual em questão é: <https://research.un.org/en/docs/dev/1946-1959>

No que diz respeito ao terceiro período, considerado a Segunda Década do Desenvolvimento (1971 - 1980), "O objetivo final do desenvolvimento é alcançar uma melhor qualidade de vida para todos, o que significa não apenas o desenvolvimento de recursos econômicos e outros recursos materiais, mas também o crescimento físico, moral, intelectual e cultural da pessoa humana".

No quarto recorte, considerado como Terceira Década do Desenvolvimento (1981 - 1990) a ONU apresenta a seguinte argumentação:

A segurança é uma prioridade primordial para todas as nações. Também é fundamental tanto para o desarmamento quanto para o desenvolvimento. A segurança consiste não apenas em aspectos militares, mas também políticos, econômicos, sociais, humanitários e de direitos humanos e ecológicos. por um lado, criar condições propícias ao desarmamento e, por outro, proporcionar o ambiente e a confiança para a busca bem-sucedida do desenvolvimento. O processo de desenvolvimento, ao superar ameaças não militares à segurança e contribuir para um sistema internacional mais estável e sustentável, pode fortalecer segurança e, assim, promover a redução de armas e o desarmamento. O desarmamento aumentaria a segurança direta e indiretamente, resultando assim em maior segurança geral (tradução nossa).

Na década que se apresenta dedicada a estimular desenvolvimento humano (1991 - 1999), a proposta aponta:

Este Relatório é sobre pessoas - e sobre como o desenvolvimento amplia suas escolhas. É mais do que crescimento do PIB, mais do que renda e riqueza e mais do que produzir mercadorias e acumular capital. O acesso de uma pessoa à renda pode ser uma das escolhas, mas não é a soma total do esforço humano (tradução nossa).

A década de 2000 - 2015, vinculada à discussão sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio é apresentada a partir da seguinte proposição:

Em 2000, a Declaração do Milênio identificou valores fundamentais essenciais para as relações internacionais (A/RES/55/2). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecem metas para concretizar esses valores em todo o mundo até 2015 e serviram como foco para o trabalho da ONU durante todo o período: Erradicar a pobreza extrema e a fome Atingir o

ensino básico universal Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres Reduzir a mortalidade infantil Melhorar a saúde materna Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças Garantir sustentabilidade ambiental Parceria global para o desenvolvimento (tradução nossa).

Por fim, para o período (2016 - 2030) denominado como Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, foi apresentada a seguinte ideia:

O desenvolvimento sustentável reconhece que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, combater a desigualdade dentro e entre os países, preservar o planeta, gerar crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e promover a inclusão social estão interligados e são interdependentes (tradução nossa).

É imperativo constatar a maleabilidade da ideologia do desenvolvimento gestada, articulada e imposta pelos países desenvolvidos aos povos por eles nomeados como subdesenvolvidos, expressos nas passagens acima. Nesta direção, é mister reconhecer que a ideologia do desenvolvimento se apresenta exatamente como ideologia, na medida em que impõe um modo de vida específico como “desenvolvimento” à totalidade dos povos. Ou seja, ideologicamente trata-se na afirmação da “ideia” de desenvolvimento desconsiderar, menosprezar, subjugar outras formas de vida que não se adequam ao “modelo de desenvolvimento” dos povos desenvolvidos. Sob tais pressupostos, pode-se afirmar que a ideologia do desenvolvimento oficial se fundamenta sobre a violência aos demais modos de vida, que por tal condição passam a ser considerados “subdesenvolvidos”, “periféricos”, ou, “emergentes”.

Ou, dito de outra forma, a ideologia do desenvolvimento opera a partir de um imperativo categórico sobre os demais povos quando os classifica como subdesenvolvidos, na medida em que tal condição requer e, impõe que se desenvolvam à luz dos modelos, das fórmulas, senão das exigências dos povos desenvolvidos.

Mas, a violência da ideologia do desenvolvimento também se expressa nas suas diversas etapas acima descritas. Tais etapas funcionam como repentina mudança de curso discursivo e operado pelos países desenvolvidos, diante da obstinação de países subdesenvolvidos, que cumprindo os pesados receituários eventualmente e, sob pesadas condições de exploração impostas às suas populações conseguissem avanços em suas dinâmicas de desenvolvimento. Para a manutenção da vitalidade da ideologia do desenvolvimento, trata-se constantemente de “aumentar o sarrafo”, ou seja, aumentar o grau de exigências a serem cumpridas pelos povos subdesenvolvidos, ou então, incorporar discursivamente demandas por mais democracia, ampliação de direitos humanos a serem observados pelos subdesenvolvidos, mesmo que na prática os povos desenvolvidos desconsiderem tais preceitos de seu próprio receituário, quando veem seus interesses estratégicos, geopolíticos afrontados.

A partir da apresentação das proposições das Organizações das Nações Unidas para o entendimento de desenvolvimento, e das observações de que este entendimento é traduzido em propostas aos países a cada intervalo de tempo, e com características diferentes em cada intervalo, será possível analisar o entendimento de Milton Santos para diferentes percepções, ao menos até a década vinculada às discussões sobre desenvolvimento humano, pois o autor em questão faleceu em 2001, e sua última obra data de 2000, intitulada como "Por uma outra Globalização: Do pensamento único à consciência universal".

3 O DESENVOLVIMENTO COMO FALÁCIA

No livro: “Por uma outra globalização”, Milton Santos aponta as distorções e vertigens ocasionadas pela dificuldade de compreendermos que há um mundo que existe, um que se apresenta e um que pode vir a ser. O que se apresenta é diferente do que o mundo existente, e é a partir deste entendimento que ele expõe aquilo que é

fábula dizendo-a como perversidade, e aqui será tratada como fase seguinte a da fábula, a falácia.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de, pelo menos, três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (Santos, 2001, p. 17).

Dentre os aspectos que o autor apresenta e que compõem a fábula estão a aldeia global, o encurtamento das distâncias, capacidade de homogeneização do mercado, a perda de força do Estado, a cidadania universal, dentre outros. E, quanto à perversidade, ou à falácia, o autor evidencia a contração de espaço-tempo apenas para parte da população, o aprofundamento das diferenças locais e regionais pelo mercado, um mundo menos unido, sem chances para considerar possibilidades de cidadania universal, ao invés de uma busca por cidadania, um culto ao consumo, e quanto ao Estado o autor assevera: "Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil" (Santos, 2001, p. 19).

E, finaliza:

Esses poucos exemplos, recolhidos numa lista interminável, permitem indagar se, no lugar do fim da ideologia proclamado pelos que sustentam a bondade dos presentes processos de globalização, não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações (Santos, 2001, p. 19).

Desta maneira, o autor busca expor que o exercício de fabulações e de disseminação de ideologias se mantém em diversas instituições, seja Estado, sejam

Universidades, ciência, empresas, como condição para difusão e manutenção da estrutura de classes, e expansão da pobreza. Este entendimento sobre o desenvolvimento e seus instrumentos como ideológicos e responsáveis pela acumulação e aprofundamento da pobreza no mundo não se deu desde o princípio das atividades reflexivas de Milton Santos. O autor aponta em seu livro *Economia Espacial* a seguinte ressalva:

Escritos anteriores de nossa responsabilidade, cuidando explicita ou implicitamente dos mesmos problemas, todavia se incluíam na corrente maior da obediência ao pensamento oficial sobre a matéria. Teorias como as dos polos de desenvolvimento, dos lugares centrais, do polo e periferia, da difusão de inovações foram de tal forma vendidas, no atacado e no varejo, nas universidades dos países industrializados e nas revistas especializadas, que acabaram passando por verdades intocáveis (Santos, 1993, p. 10).

Santos (1993) argumenta que a expansão de sua compreensão sobre os processos que envolvem o nebuloso entendimento da difusão das formas capitalistas de relação se deu não apenas em função de posições intelectuais, "[...] mas de uma práxis individual que se exerce em diferentes países. O fato de haver presenciado como diversas formas de ação social e política levam a resultados e perspectivas diferentes convenceu-nos da impropriedade de teorias como as que criticamos neste volume" (Santos, 1993, p. 11)

Dentre as diversas teorias criticadas por Milton Santos, uma delas é a da existência de um planejamento capaz de apoiar o desenvolvimento, que ocorre a partir da criação da categoria de subdesenvolvimento, sendo subdesenvolvidos, os povos que buscam alcançar o horizonte utópico do desenvolvimento.

A fim de realizar com sucesso a aventura da dominação econômica que de fato o planejamento representa, tinha-se, antes de tudo, que inventar o Terceiro Mundo. Tarefa fácil, uma vez que as pessoas aparentemente bem-intencionadas haviam lançado esse termo. O subdesenvolvimento foi, então, discutido, condenado, definido em um milhar de modos diferentes, tudo em tempo recorde ... e os homens do mundo mais pobre esqueceram por algum

tempo que pertenciam a um mundo explorado, convencidos de que estavam realmente num mundo subdesenvolvido (Santos, 1993, p. 15).

O fato dos mais pobres passarem a ser considerados subdesenvolvidos, da noite para o dia, fez toda diferença no modo como os povos passaram a se relacionar com seus desafios.

De forma breve, mas contundente, Truman estabelece os fundamentos de um instrumento que reforçará as estratégias de controle social existentes e estabelecerá uma nova geografia política: a divisão do mundo em países desenvolvidos e subdesenvolvidos; a consolidação de um modelo de 'desenvolvimento' à imagem e semelhança dos países desenvolvidos, que os subdesenvolvidos deveriam seguir [...] (Gómez, 2005, p. 54).

Uma das formas evidentes das transformações da forma de compreender os problemas dos países mais pobres, ou dependentes, está na forma como passou a se analisar a pobreza. "A pobreza, um fenômeno qualitativo, foi transformada num problema quantitativo e reduzida a dados numéricos." (Santos, 1993, p. 15)

O cenário geopolítico internacional também deve ser considerado. Os modos de planejamento considerados pelo socialismo apontavam possibilidades de melhorias na qualidade de vida da população, bem como consideravam direitos sociais. Desta maneira,

Ainda nesse segundo momento, que coincide com a generalização e o sucesso da ideia de subdesenvolvimento e das teorias destinadas a combatê-lo, os pobres eram chamados de marginais. Para superar tal situação, considerada indesejável, torna-se, também, generalizada a preocupação dos governos e das sociedades nacionais, por meio de suas elites intelectuais e políticas, com o fenômeno da pobreza, o que leva a uma busca de soluções de Estado para esse problema, considerado grave mas não insolúvel. O êxito do estado do bem-estar em tantos países da Europa ocidental e a notícia das preocupações dos países socialistas para com a população em geral funcionavam como inspiração aos países pobres, todos comprometidos, ao menos ideologicamente, com a luta contra a pobreza e suas manifestações, ainda que não lhes fosse possível alcançar a realização do estado de bem-estar. Mesmo em países como o nosso, o poder público é forçado a encontrar fórmulas,

saídas, arremedos de solução. Havia uma certa vergonha de não enfrentar a questão (Santos, 2001, p. 71)

A fábula precisava ser consolidada. O desenvolvimento se apresentou como fábula no pós-Segunda Guerra Mundial, e mais profundamente após o discurso do então presidente dos Estados Unidos Harry S. Truman e toda a institucionalização de um processo de disseminação da ideologia do desenvolvimento com vistas, tanto a garantir a política econômica de disseminação de interesses estadunidenses, como também, de diminuir a força das ideias socialistas e comunistas em diferentes continentes.

Mas, conforme Santos (1993, 2001) apontou, após as fases iniciais de constituição da fábula, em função da continuidade das crises de fome, miséria, desemprego, desestabilizações políticas, dentre outros aspectos, começa a ficar evidente a falácia. Para Theotônio dos Santos (1991) é preciso considerar diversos aspectos envolvidos na construção da teoria do desenvolvimento em diferentes períodos históricos e lugares, no Brasil, por exemplo:

A teoria do desenvolvimento deve, portanto, romper definitivamente com a sua tendência para oferecer fórmulas ideais de crescimento econômico e de ajustamentos estruturais, para passar a analisar o fenômeno do desenvolvimento nas suas condições socioeconômicas, estruturais, contraditórias e historicamente determinadas. Só neste contexto teórico se poderá situar corretamente as buscas de uma nova ordem econômica internacional, as exigências de crédito e de ajuda econômica, as controvérsias sobre o gigantismo dos processos de endividamento e outros desequilíbrios internacionais sobre o crescimento da economia militar e do comércio mundial de armas etc. (Santos, 1991, p.24).

É preciso atentar para o fato de que há oscilações conceituais que buscam garantir suporte às ações e instituições que atuam para a dependência. Houve ao longo do tempo, como citado anteriormente, formas de avançar na criação de uma ideia de melhorias futuras, que passaram pela discussão da modernidade, evolução, progresso, dentre outros. Assim, há continuidade das diversas formas de viabilizar a fábula e

esconder a perversidade da modernização, do progresso, do desenvolvimento e da globalização. Conceitos outros entram em cena, como por exemplo, a competitividade.

A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador do seu paroxismo, já que a identidade dos atores, até então mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos (Santos, 2001, p.47).

A competitividade traz outra forma de entendimento sobre o alcance de melhoria de vida das populações. Ela exige plena produção e pleno consumo para promover avanços. Há diferenças no processo de desenvolvimento até então apresentado como fábula. A continuidade das mazelas expõe o desenvolvimento e o planejamento como atrelados a uma falácia, que tem por condição e estrutura os processos de acumulação e organização da sociedade em classes sociais. A partir de então é preciso investimento de energia para participação no processo de produção e consumo como possível garantia de melhorias para cada pessoa, grupo ou região.

O consumo é o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos. Ele é, também, um veículo de narcisismos, por meio dos seus estímulos estéticos, morais, sociais; e aparece como o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente. Por isso, o entendimento do que é o mundo passa pelo consumo e pela competitividade, ambos fundados no mesmo sistema da ideologia (Santos, 2001, p.49).

Nesta etapa da trajetória histórica das ideologias que dão força aos agentes hegemônicos, as mazelas se aprofundam e ampliam:

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem

seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (Santos, 2001, p. 20)

As configurações das mazelas sofrem transformações, resultando em aumento substancial de questões relacionadas ao consumo de substâncias entorpecentes e farmacêuticas. Esse fenômeno conduz a uma compreensão que visa explorar novas abordagens conceituais e teóricas em relação à segurança alimentar¹⁰, dentre outros conceitos.

O último período, no qual nos encontramos, revela uma pobreza de novo tipo, uma pobreza estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada. Examinado o processo pelo qual o desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social, é lícito considerar que a atual divisão "administrativa" do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. Agora, ao contrário das duas fases anteriores, trata-se de uma pobreza pervasiva, generalizada, permanente, global. Pode-se, de algum modo, admitir a existência de algo como um planejamento centralizado da pobreza atual: ainda que seus atores sejam muitos, o seu motor essencial é o mesmo dos outros processos definidores de nossa época (Santos, 2001, p. 72).

Desta maneira, Milton Santos nos conduz a um entendimento de instituições diversas atuando a serviço de um planejamento com vistas à manutenção da dependência dos países mais pobres, desiguais e das periferias do mundo. Estas relações para o autor em questão se apresentam como imprescindíveis para que se possa considerar novas formas de relacionamento para com o Estado, a partir das demandas da sociedade, para pressões com relação aos modelos adotados por

¹⁰A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional brasileira (Brasil - LOSAN – Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006) apregoa que segurança alimentar e nutricional pode ser compreendida como “[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”.

agências internacionais, que a serviço de agentes hegemônicos, conduzem estruturas físicas e batalhas ideológicas para manutenção da acumulação de riquezas, garantindo a geração, manutenção e complexificação da pobreza.

Essa produção maciça da pobreza aparece como um fenômeno banal. Uma das grandes diferenças do ponto de vista ético é que a pobreza de agora surge, impõe-se e explica-se como algo natural e inevitável. Mas é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parcializadas, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de se interessar pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza. Atacam-se, funcionalmente, manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais (Santos, 2001, p.73).

Por fim, cabe destacar que com a ascensão da China como estado-nação altamente produtiva, em pleno processo de crescimento econômico, enriquecimento, diminuição da pobreza, novo cenário geopolítico se delineia a partir dos anos 2010. A partir deste tipo de fenômeno as atenções se voltam novamente às possibilidades do Estado-nação e do planejamento para desenvolvimento. Também a partir dos anos 2000, com governo do Partido dos Trabalhadores, que culminaram no que o Banco Mundial chamou de década de ouro brasileira (2003-2013¹¹), foi possível considerar que o Estado-nação poderia atuar e gerar bem-estar social a partir do planejamento.

No que diz respeito à China, diversas teorizações passam a ser construídas para compreender seu processo de crescimento econômico e de redução de pobreza. Também o Banco Mundial noticiou os incríveis resultados de redução de pobreza, com

¹¹A discussão sobre o desempenho do desenvolvimento brasileiro pode ser encontrada no documento: BANCO MUNDIAL. Country Partnership Framework for the Federative Republic of Brazil for the Period FY18-FY23. Washington, DC, Report n. 113259-BR, 2017a.

retirada de mais de 800 milhões de pessoas da linha de pobreza a partir da década de 1970¹².

Em análises brasileiras sobre o crescimento chinês é possível encontrar vertentes diversas de entendimento dos processos em andamento no país asiático. Com base nas ideias de Ignácio Rangel (2005, 2012), há discussões que apontam que a China apresenta um modelo de desenvolvimento intitulado como Nova Economia do Projeto¹³, conforme Boa Nova (2023), Jabbour et al (2017, 2018 e 2020) e outros. Neste sentido, o termo planejamento ganha outra conotação, diferente da tratada neste artigo, especialmente trazida sob viés das obras de Milton Santos.

Influenciados por Ignácio Rangel, os pesquisadores vinculados a tratar o desenvolvimento chinês, como processo diverso do desenvolvimento apregoado ao mundo pelos agentes hegemônicos dos Estados Unidos e países ricos europeus, estes consideram que há racionalidade diversa no caso chinês, e que neste um dos destaques está vinculado aos grandes projetos para apoiar geração de riqueza, para posterior redução da pobreza, geração de trabalho e renda, inovações e riqueza. Boa Nova et al (2023), aponta que devem ser destacadas duas principais formas de compreensão do modelo chinês de desenvolvimento:

Dois aspectos devem ser destacados. Primeiro, as alterações nas formas-planejamento, a reconfiguração do planejamento como fruto da sua adaptação às novas condições internas e externas à formação econômico-social chinesa. Segundo, inspirados pela contribuição de Rangel (2012), a consolidação de uma nova economia do projeto enquanto dinâmica de acumulação cada

¹² O documento que expõe a redução da pobreza na China pode ser encontrado no endereço virtual: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9a5bc3c-718d-57d8-9558-ce325407f737/content>

¹³ Para Jabbour et al “Com essa inspiração, surge assim o que temos chamado desde então de “Nova Economia do Projeto”, conceito que pode ser resumido, em princípio, como um estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, resultado do acúmulo de todo um novo acervo em matéria de planificação econômica e organização e racionalização da produção em grande escala. Sob o prisma de uma base material que avançou de forma rápida nas últimas décadas, de uma sociedade que demanda agilidade de ação estatal, construção de grandes bens públicos e enfrentamento a uma série de desafios colocados pela própria conjuntura política [...]” (Jabbour et al, 2022, p. 96)

vez mais baseada em grandes projetos de construção de bens públicos e valores de uso (Boa Nova, 2023, p. 71).

Embora não seja possível contar com análises atuais do intelectual Milton Santos, que faleceu no início da década de 2000, é possível destacar contribuições com relação ao seu entendimento sobre a teoria de grandes projetos para apoiar a diminuição de pobreza e de dependência. Obviamente se tratava de outra conjuntura, analisada pelo autor destaque do artigo, no entanto, como se trata também de uma retomada do pensamento de Ignácio Rangel (1914 - 1994), praticamente contemporâneo de Milton Santos, é possível também articular as ressalvas apresentadas por Milton no que diz respeito aos grandes projetos e obras como instrumento de suporte ao planejamento e desenvolvimento.

Grandes projetos são aqui apontados como possibilidade de discussão acerca das relações entre desenvolvimento e redução de pobreza porque se trata de um dos argumentos que se apresenta com relação à ascensão da China e redução da pobreza no país em questão.

Desta maneira é preciso considerar que, caso estejam corretos sobre os processos em andamento na China, é possível pensar em reconfigurações no planejamento, para que este seja capturado por um Estado e passar a servir às demandas sociais.

No entanto, cabe atentar para argumentos trazidos por Milton Santos acerca da captura do instrumento planejamento para atender interesses voltados à acumulação de riqueza, e também ressalvas quanto ao modelo vinculado aos grandes projetos: "Quanto às obras de grande porte, elas são de fato um cavalo de Troia, um presente envenenado. Estes investimentos envolvem outros de porte igual ou ainda maior, e gradualmente conduzem o país para uma posição de dependência, cuja constante é o aprofundamento do capital" (Santos, 1993, p. 25).

As obras de grande porte são consideradas não suficientes para por elas mesmas alterem a natureza do planejamento e a ideologia do desenvolvimento, pois atuam como estruturas de disseminação dos modos de vida vinculados ao exercício central da acumulação, e drenam recursos da população - via Estado, concentrando estes de maneira escalada em instituições dedicadas à acumulação de riqueza, conforme Santos (1993) aponta que: "Obras de grande porte em transportes, comunicações e produção de energia reduzem custos para as firmas maiores (Lindbeck, 1975). É assim que os recursos do Estado são desvalorizados no próprio momento de seu investimento" (Santos, 1993, p. 26).

Desta maneira, longe de encerrar o debate sobre desenvolvimento, planejamento, projetamento e pobreza é possível perceber que ao longo dos anos formas diversas de discussão se fizeram presentes, com interesses e agentes também diferentes. No entanto, Milton Santos bem como outros pensadores se dedicou a compreender e elucidar o emaranhado de relações de poder e interesses que estão diretamente conectados à geração e manutenção da pobreza, das mazelas, das desigualdades no Brasil, América Latina, e Sul Global de maneira geral.

Neste sentido, diversas teorias, conceitos, ideias e instituições foram celebradas, organizadas para atuar na transformação da vida nos diferentes povos e continentes. Organizações internacionais delinearão ideias, conceitos e projetos que deveriam estruturar as ações políticas, sociais e econômicas nos países que buscavam alcançar modos de vida, direitos sociais, justiça social, dentre outros aspectos, apresentados como possíveis através de afazeres de agendas de agências internacionais do desenvolvimento.

No entanto, pensadores e pesquisadores se dedicaram a analisar ideias, instituições, agendas com intuito de compreender porque as mazelas não só não diminuíram como se aprofundaram e se complexificaram. Desta maneira, o olhar de Milton Santos se coloca como referência por apontar articulações entre instituições internacionais ligadas aos países enriquecidos pelas guerras, pelo colonialismo e

exploração dos países do Sul Global, pela batalha de ideias, pela construção de fábulas e, por expor a perversidade destas para com povos mais pobres, garantindo ao contrário do que apregoavam, desenvolvimento e liberdade, planejamento para dependência.

A nova conjuntura atual, com cenário multipolar e retorno do debate sobre socialismo e novas formas de organização da produção requerem continuidade das discussões, retomada de pensadores que já se foram, mas necessidade de pensar o que se vive atualmente, e o que poderá vir. Desta maneira, futuros estudos requerem esforços que considerem ideias de planificação, planejamento, projeto que foram anteriormente discutidas, e ampliar e aprofundar pesquisas sobre conceitos que ainda virão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos expostos ao longo do artigo, é preciso considerar a célebre frase de Marx na obra: “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, publicado em 1852, em que pensador na abertura do texto assim se pronuncia: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa”. (Marx, p.16, 2011). Ou seja, é preciso refletir profundamente sobre a farsa da ideologia do desenvolvimento promovida e, imposta pelos países desenvolvidos, sobre os povos “ditos” por eles como subdesenvolvidos ao longo do século XX e, ainda presente, mesmo que moribunda nestas primeiras décadas do século XXI.

A ideologia do desenvolvimento foi articulada e imposta como verdade sobre os povos do mundo num contexto geopolítico de afirmação da hegemonia estadunidense e europeia ocidental, como forma de manutenção e, sobretudo, de aprofundamento do regime de acumulação do capital. Este processo de exploração do

trabalho e da vida dos povos, de expropriação de suas riquezas naturais como forma de alavancar o regime de acumulação do capital remonta às grandes navegações do século XV e XVII e estabelecimento de colônias de exploração nos continentes americano (sobretudo América Central e do Sul), africano e asiático. Extrativismo predatório, escravidão dos povos nativos, destruição de seus hábitos, costumes, cultura foram uma constante ao longo dos séculos na constituição do regime de acumulação do capital que ensejou o mercantilismo e, por extensão o capitalismo.

Para que as formas de acumulação pudessem ser mantidas e ampliadas foram necessárias alterações dos métodos. Milton Santos analisou estes processos, caracteriza-os, dividiu em fases sobretudo para expor que após Segunda Guerra Mundial houve a construção da difusão e implementação da ideologia do desenvolvimento.

Os resultados, humanos, sociais e naturais da estratégia e receituário do desenvolvimento, instrumentalizado pelo planejamento, geraram continuidade dos processos de dominação, acumulação de riqueza através da disseminação da pobreza, da fome, da miséria e da violência pelo mundo. Com isso, foi possível compreender a destruição implacável de toda e qualquer experiência social e nacional, que porventura se apresentasse como alternativa a ideologia do desenvolvimento, bem como foi possível a brutal acumulação do capital, da riqueza socialmente produzida pelos povos que se tornaram dependentes, subjugados aos países “ditos” desenvolvidos.

Primeiramente a fábula, e posteriormente se evidencia e aprofunda a falácia. Fabulações, de acordo com Milton Santos fazem parte do conjunto de estratégias colocadas em ação pelos países desenvolvidos, para manter o controle geopolítico dos condenados da terra ao subdesenvolvimento, a condição periférica.

Instituições e agendas internacionais, divisão do tempo em décadas de desenvolvimento, posteriormente em objetivos para desenvolvimento, a cada etapa, novo texto, novos discursos, alteração de conceitos que percorreram um trajeto da modernidade, progresso, desenvolvimento à competitividade, mas todos articulados

à acumulação de riqueza e conseqüente geração, manutenção e complexificação das mazelas e da pobreza.

Milton Santos, entre outros pensadores citados ao longo deste artigo demonstram a urgência em compreender a maleabilidade ideológica dos discursos do desenvolvimento vindo dos povos do norte desenvolvido, sobre o sul "subdesenvolvido".

A conjuntura geopolítica, no entanto, não é estática. E há retomada das ideias de desenvolvimento e planejamento em função, por exemplo, do desempenho chinês na geração de riqueza e na diminuição da pobreza. Desta maneira, o futuro se apresenta como aberto, e as discussões conceituais e teóricas de como gerar melhorias, diminuição da pobreza e mazelas também se apresentam em plena construção, e mostram outras possibilidades.

Desta maneira análises críticas ao que foi imposto aos diversos países apontam a quantidade de agentes e interesses existentes na construção das formas de organização da sociedade.

Portanto, estar vinculado à ideologia do desenvolvimento, apregoada por interesses estadunidenses e europeus, por meio da aceitação de suas constantes falácias é alimentar a violência da acumulação e da pobreza.

Romper com este fenômeno exige exercícios reflexivos para nos tomarmos a nós mesmos como objeto, com o intuito de reconhecer em nossa diversidade formas de pensar e executar projetos em que a economia esteja a serviço da vida em sua totalidade de formas de manifestação.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta Thereza de; et. Al. Histórico, fundamentos filosóficos e teóricos-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri, SP: Manole, 2011.

ANDERSON, Perry. **O fim da história de Hegel e a Fukuyama**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

BANCO MUNDIAL. **Country Partnership Framework for the Federative Republic of Brazil for the Period FY18-FY23**. Washington, DC, Report n. 113259-BR, 2017. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/148141498229092629/pdf/20170619-Brazil-CPF-draft-for-Board-with-CLR-Acknowledgement-Box-06202017.pdf>. Acesso em 10 ago. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Four Decades Of Poverty Reduction In China**. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/e9a5bc3c-718d-57d8-9558-ce325407f737/content>. Acesso em 10 ago. 2023.

BAZZANELLA, Sandro Luiz; GODOI, Cintia Neves; MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Desenvolvimento: conceito ou ideologia. **Revista Desenvolvimento em Debate**, v. 10, n. 1, p. 57-79, jan./abr. 2022.

BOA NOVA, V. V. F. CAMBUHY, M. C, JABBOUR, E. M. K. A nova economia do projeto como estágio superior de intervenção do estado chinês no território. **Geosul**, Florianópolis, v. 38, n. 87, p. 69-93, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/91766/53539>. Acesso em 10 ago. 2023.

BRASIL. **LOSAN – Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11346.htm. Acesso em 10 set. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Constituições brasileiras**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>. Acesso em 03 set 2023.

CEPAL. **Sobre a Cepal. 2023**. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em 10 set 2023.

DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/D.8.2013.tde-29052013-095004. Acesso em: 22 out. 2024.

FERNANDES, Florestan. Entrevista. In: RUGAI BASTOS, Elide *et al.* **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 13-48.

GODOI, Cintia Neves; BAZZANELLA, Sandro Luiz; MARCHESAN, Jairo; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Panorama dos principais temas, artigos e pesquisadores da área do desenvolvimento regional no Brasil referentes ao ano de 2020. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 11, p. 231-249, 2021.

GOMÉZ, J. M. O “desenvolvimento” como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1296>. Acesso em: 03 set 2023.

JABBOUR E.; DANTAS, A. Na China emerge uma nova formação econômico-social. **Princípios**, n. 154, p.70-86, 2018.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. The political economy of reforms and the present Chinese Transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. “Considerações iniciais sobre a ‘Nova Economia do Projeto’”. **Geosul**. v. 35, n. 75, p. 17-42, 2020.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 9, p. 90-105, 2022. Doi: 10.5752/p. 2317-773X.2021v9n4p90-105.

LINDBECK, A. **The National State in an Internationalized World Economy**. Rio de Janeiro, Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILTON SANTOS. Endereço virtual oficial. 2023. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/>. Acesso em 03 set 2023.

MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline; FREIXO, Adriano de. **O Brasil de João Goulart: um projeto de nação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Contraponto, 2006.

PERERIA, Luiz Carlos Bresser. **Do Iseb e da Cepal Teoria da Dependência**. In: TOLEDO, Caio Navarro (org). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro, Revan, 2005.

RANGEL, Ignácio. Desenvolvimento e projeto. *In*: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, [1956] 2005.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. v. I.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: planejamento o subdesenvolvimento e a pobreza**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço-tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**, Edusp, 1994.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1991.

SANTOS, Theotonio Dos. **Evolução Histórica do Brasil: da Colônia à Crise da “Nova República”**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2018.